

EVIDÊNCIAS DO CONCEITO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NA PROPOSTA CURRICULAR DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS

Mishelly Ocuda Henrique de Lima ¹

Amanda de Mattos Pereira Mano²

RESUMO

O referido estudo tem por finalidade fundamentar o conceito da educação não formal via propostas do currículo dos Itinerários Formativos (IF) traçados no Novo Ensino Médio (NEM). Optou-se por uma pesquisa bibliográfica utilizando-se fontes primárias e secundárias, com o intuito de buscar fundamentação teórica que evidencie as práticas da educação não formal no currículo dos IF. Os conceitos associados são usuais no cotidiano do estudante e se revelam nas propostas elaboradas no currículo do NEM. Os objetivos específicos são: a) examinar nas fontes primárias e secundárias as evidências dos conceitos de educação não formal via currículo do IF; b) relacionar os conceitos e o currículo no âmbito educacional não formal; c) avaliar a influência do contexto educativo via conceito e programa de ensino do percurso formativo por intermédio do NEM. Ressalta-se que essas mudanças atualmente acarretam conflitos de cunho social e educacional no que tange à carga horária da chamada formação geral base. As disciplinas obrigatórias tornam-se “facultativas” com uma considerável redução das ciências humanas e da natureza. Em síntese, é perceptível que o conceito da educação não formal se conecta com as propostas curriculares dos IF, podendo observar também que esta educação está em evidência nas propostas do NEM. Portanto, acredita-se que as mudanças do ensino médio favoreçam a implementação de políticas públicas que atendam de forma pertinente e eficaz às necessidades dos estudantes no decorrer da sua carreira escolar.

Palavras-chave: Itinerário. Ensino médio. Educação. Currículo.

INTRODUÇÃO

A inclusão dos IF no currículo do NEM gerou diversos questionamentos na mediação pedagógica das suas atividades, tanto na lotação dos docentes quanto na realização das aulas. Assim, podemos observar que a educação não formal ganha mais espaço e importância dentro do currículo.

Esses itinerários estruturados permitem “liberdade” na escolha e nos caminhos das aprendizagens que estejam conectados com suas habilidades de interesses e perspectivas de futuro.

Para tanto, vale ressaltar que o trajeto da implementação passa por momentos turbulentos e de não aceitação da maioria de seus participantes como docentes, instituições privadas e públicas, população e os próprios estudantes que não compreendem a logística do currículo aplicado.

¹ Mestranda do Curso de Educação Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: mishelly.ocuda@gmail.com

² Professora orientadora, doutora na UFMS. E-mail: amanda.mano@ufms.br

Dessa maneira, acredita-se que a educação não formal esteja em evidência e com grande visibilidade no currículo dos IF, agregando elementos relevantes para complementar a formação e tornar o processo de aprendizagem mais significativo e considerável para sua formação escolar e profissional.

Entre as diversas modalidades, a oferta dos IF pode incluir cursos livres, oficinas, programas de estágio, projetos de pesquisa, atividades extracurriculares, entre outras opções.

Contudo, sabemos que a educação não formal não é encarada como uma substituição à educação formal, mas sim como um acréscimo. Considera-se que tanto a educação teórica quanto a prática são fundamentais para a formação completa e integrada dos estudantes, cada uma com suas particularidades e formas de avaliação.

Desse modo, ao incluir a educação não formal nos IF, é fundamental que as escolas e os professores tenham um olhar crítico e reflexivo sobre as práticas pedagógicas adotadas, buscando garantir a qualidade, a pertinência e a diversidade das experiências oferecidas aos estudantes. Assim, será possível oferecer uma formação mais rica, dinâmica e conectada com as demandas do mundo contemporâneo.

Nesse contexto, esta pesquisa visa comparar os IF com educação não formal, fomentando que a educação não formal está presente no currículo do IF de forma não explícita.

Para fundamentação teórica, serão utilizadas: fontes primárias, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Lei nº 13.415 e a Lei nº 9.394/96; fontes secundárias, como Cortella (2006), Gohn (2006), Trilla (2008), Santos (2013), Afonso (1989) e Cury (1998). Desta forma, a interlocução e fundamentação terão como base de dados os comparativos da temática em questão. Na próxima seção serão apresentados um breve histórico do ensino médio e suas mudanças no decorrer de sua trajetória.

BREVE APRESENTAÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO MÉDIO AOS CONCEITOS DO NOVO ENSINO MÉDIO (NEM)

Ao longo dos tempos, a educação mudou e se ajustou às condições sociais, políticas e econômicas. No passado, a educação era oferecida pelos próprios pais, tutores ou sofistas especializados em retórica e persuasão. No entanto, a educação era bastante restrita, e somente os filhos da nobreza podiam ter acesso. Com o tempo, a educação

deixou de ser um privilégio da nobreza, e o número de escolas aumentou de forma expressiva.

Todavia, Santos (2013) ressalta que, no século XVIII, durante o Iluminismo, a educação sofreu uma mudança significativa, tornando-se mais científica e direcionada para a formação dos indivíduos. Com a chegada da Revolução Industrial e a expansão do capitalismo no século XIX, obteve-se a estruturação das escolas primárias, secundárias e novas escolas técnicas. Santos (2013) pontua que, então, os profissionais da educação tornaram-se fundamentais para a formação social, mão de obra especializada e para a preparação dos jovens para o mercado de trabalho.

Atualmente a educação é vista como um direito universal e essencial para todos. As escolas se multiplicaram, assim como o conhecimento e as técnicas pedagógicas. Desta maneira, a educação aproxima-se cada vez mais da tecnologia e da internet, o que permite uma utilização mais direta e interativa de conteúdos e recursos de aprendizagem.

Em síntese, a história da educação revela a importância da instrução no que diz respeito ao desenvolvimento humano e social. Cada período histórico deixou sua marca e influenciou a construção do atual modelo de ensino. As mudanças, por sua vez, foram constantes, e os profissionais da educação estão em permanente busca por melhorias e adaptações para atender às precisões e aos desafios dos avanços educacionais.

Nessa perspectiva, a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases, LDB) apresenta as peculiaridades do currículo do NEM, como consta no artigo 26:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (Brasil, 2005).

Dessa maneira, o artigo 26 apresenta uma reorganização da nova concepção curricular do NEM, com o objetivo de valorizar o protagonismo juvenil e favorecer a fundamentação nas diversas áreas de conhecimento e em seus respectivos componentes curriculares, como: ciências da natureza (biologia, física e química), linguagens (português, artes e língua estrangeira), ciências humanas (história, geografia, sociologia e filosofia), matemática e suas tecnologias. Segundo a proposta da nova estrutura do NEM, esses conteúdos tornam-se mais flexíveis e adequados às necessidades de interesses dos estudantes.

Desse modo, desde 13 de abril de 2017, por intermédio da Lei nº 13.415/2017, instituiu-se a estrutura da implementação da reforma progressiva do ensino médio em todo o território nacional.

No artigo 35 dessa lei, § 7º, aponta-se que: “Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais” (Brasil, 2017).

Nessa abordagem, o artigo 35, § 7, desperta a curiosidade em entender a relevância dos conceitos da educação não formal nas propostas curriculares dos IF. Para melhor compreensão, o artigo 36 esclarece as concepções do cumprimento das especificidades curriculares, a fim de nortear o fazer pedagógico nas instituições de ensino.

Em consonância com o artigo 36, § 11, do inciso II:

Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação: II experiência de trabalho supervisionado ou outra experiência adquirida fora do ambiente escolar (Brasil, 2017).

O artigo 36, § 11, citado acima, ressalta que as especificidades curriculares permeiam nos diversos espaços, e ambos colaboram para a formação efetiva dos estudantes. Assim, o NEM apresenta a ideia de que eles tenham mais liberdade não só para escolher um determinado curso, mas também para escolher as áreas que querem estudar, evidenciando as experiências adquiridas fora do ambiente escolar.

Dessa maneira, Brasil (2017) contempla que essas mudanças visam contribuir para a melhoria da qualidade do ensino no país, tornando a educação mais interessante e relevante para a realidade dos estudantes concluintes da educação básica. A reforma também ampliou a carga horária, de 1400 horas anuais para 4200 horas, possibilitando tempo adicional para atividades do ensino multidisciplinar (atividades voltadas para o esporte e possíveis entretenimentos), como também a integração de projetos e pesquisas.

Logo, a implementação dessas propostas representa um desafio para as escolas e os docentes que estão se adaptando aos novos conceitos e às metodologias curriculares, considerando que, em determinados componentes curriculares, a escola não possui profissional especializado para mediar as aulas. Daí é necessário analisar o perfil profissional e as características de formação para que ocorra a lotação desse docente nos respectivos componentes.

Sendo assim, conforme o artigo 61, inciso IV:

Profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36 (Brasil, 2017).

Observa-se que o artigo 61 retrata a vivência fora do contexto educacional, tornando-se de suma importância para o docente e levando-se em conta as peculiaridades que o currículo contemplará no cotidiano dos estudantes.

Nessa perspectiva, é importante fomentar que essa reforma não será implementada em todas as escolas de uma vez, mas sim de forma gradativa, respeitando o fluxo dos estudantes matriculados nas etapas de ensino em andamento.

Assim, a organização das matrizes curriculares de cada escola deve elaborar e apresentar seus próprios projetos educacionais por intermédio das diretrizes nacionais, acatando, também, as características locais e regionais.

O NEM poderá ser um avanço ou não para a educação brasileira, segundo a estrutura das unidades escolares e também as oposições de docentes que atendam às peculiaridades da matriz curricular ofertada. Nesta perspectiva, no Quadro 1, pode-se observar algumas não aceitações quanto à proposta do currículo do NEM mediante o olhar da sociedade.

Quadro 1 - Possíveis observações da não aceitação do currículo dos Itinerários Formativos (IF)

Percepção	Descrição dos possíveis conceitos
Compreensão dos valores	Acredita-se que os valores dominantes da educação formal sejam a aquisição de diplomas, como o caminho mais adequado para o sucesso profissional. Isso pode levar a uma redução da credibilidade mediante as propostas dos IF, comparando-se a educação não formal e resultando na não aceitação de suas ações.

<p style="text-align: center;">Falta de informação</p>	<p>A falta de informação e conhecimento sobre as propostas dos itinerários formativos e a educação não formal pode levar à resistência, como a falta de credibilidade segundo as duas vantagens e os benefícios.</p>
<p style="text-align: center;">Descrédito e pressão social</p>	<p>Observa-se que pode haver um descrédito dos IF, optando-se por uma rotina tradicional do currículo. Pode-se levar os indivíduos a não considerarem ou rejeitarem as propostas dos itinerários, por mais que possam ser adequados às suas habilidades e interesses.</p>
<p style="text-align: center;">Desigualdades estruturais</p>	<p>A falta de acesso também pode contribuir para a não aceitação dos IF, as desigualdades socioeconômicas e regionais, e as estruturas escolares podem limitar o acesso e a permanência dos programas e recursos, sendo necessários, portanto, para esses trajetos educacionais, tornando-os menos acessíveis para certas demandas.</p>

Fonte: Cortella (2006).

O Quadro 1 evidencia que superar esses desafios não será uma tarefa fácil, nem expor para a sociedade uma melhor compreensão da finalidade dos IF e da educação não formal, destacando suas vantagens e benefícios. É significativo, também, contestar os estereótipos associados a esses caminhos educacionais, além de alcançar igualdade de acesso e oportunidades para todos, independentemente de sua origem socioeconômica ou região onde residem.

Em síntese, pode-se considerar que a flexibilidade curricular e a diversidade são estratégias importantes para garantir um ensino mais personalizado que vá ao encontro dos possíveis anseios e necessidades dos estudantes, correlacionando as especificidades da educação não formal que timidamente podemos observar em muitas atividades propostas da nova matriz do NEM.

BREVE DESCRIÇÃO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E SUAS CARACTERÍSTICAS

A Revolução Industrial alcançou grande valorização no crescimento da educação não formal. Nas fábricas, por exemplo, ofertava-se treinamento para habilitar os trabalhadores em especialistas nas suas áreas de atuação. Deste modo, os movimentos de reforma sociais começaram a defender uma educação mais inclusiva e acessível que atendesse às necessidades das pessoas mais pobres e marginalizadas.

Sendo assim, Santos (2013) ressalta que, no século XX, a educação não formal tornou-se cada vez mais importante, à medida que a economia global avançava e oportunizava programas nas instituições educacionais. A finalidade era atender às necessidades e aos grupos específicos, como mulheres, idosos, pessoas com deficiência e imigrantes.

Gohn (1998) salienta que, atualmente, a educação não formal é amplamente reconhecida como um valioso meio de aprendizagem que complementa e enriquece a educação formal, proporcionando: oportunidades de aprendizagem prática; desenvolvimento de habilidades específicas e aplicação imediata do conhecimento assimilado.

Nesse ínterim, a educação não formal possui um contexto histórico abastado e extenso, com uma importante forma de aprendizagem que tem ajudado as pessoas a adquirirem novas habilidades para o crescimento pessoal e profissional.

Para tanto, a educação não formal é um tipo de educação que ocorre fora do âmbito educacional, sem seguir as estruturas tradicionais de ensino. Também possui metas educacionais e pode ser administrada por instituições educacionais ou outras organizações.

Cortella (2007) ressalta que a cidadania favorece a consolidação e a importância da educação não formal nos objetivos da educação formal mediada pelo currículo.

Por isso, na construção da cidadania, as Educações formal e não-formal que forem eticamente comprometidas repartem práticas que são amiúde diferenciadas, com frequência em espaços não-idênticos, com caminhos que nem sempre se entrecruzam, mas com um objetivo comum (Cortella, 2007, p. 48).

Desse modo, Cortella esclarece que as características da educação não formal incluem o comprometimento e a praticidade para novos conceitos e ênfase nas

necessidades de aprendizagem, podendo percorrer uma diversidade de ambientes, incluindo oficinas, clubes, centros comunitários, museus, bibliotecas e outros espaços públicos.

Segundo Trilla (2008, p. 590), a educação não formal também está presente em programas de voluntariado, no esporte, na cultura e na tecnologia por intermédio do rádio e da televisão. Estes espaços oportunizam o desenvolvimento das habilidades sociais, a liderança, resolução de conflitos, o trabalho em equipe e peculiaridades culturais para o bom desenvolvimento pessoal, profissional e educacional.

No entanto, Afonso (1989, p. 31) pontua que a educação não formal passa constantemente por alguns desafios, como a falta de qualificações formais reconhecidas. Contudo, muitas instituições de ensino e empresas veem a educação informal como uma forma valiosa de aprendizagem, especialmente para o desenvolvimento de habilidades profissionais específicas.

De maneira geral, a educação não formal é uma abordagem flexível e adaptável para a aprendizagem que ocorre fora dos ambientes formais de ensino, proporcionando oportunidades valiosas no processo de ensino e de aprendizagem e fomentando o desenvolvimento pessoal e profissional.

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E SUAS ESPECIFICIDADES NO CONTEXTO CURRICULAR DOS IF

Ao analisarmos o currículo dos IF, faz-se necessário comparar algumas concepções da educação não formal com suas vivências. Tanto o currículo não formal quanto as propostas dos itinerários formativos oferecem maior flexibilidade e possibilidade de personalização em comparação com a educação formal. Sendo assim, ao comparar o currículo com as atividades propostas da educação não formal, vê-se a semelhança nos conhecimentos, nas nomenclaturas e em suas ações.

Entretanto, uma de suas diferenças são os mediadores, e o docente possui uma fundamentação legislativa que ampara a sua atuação. Na educação não formal, contamos com o educador social, mediadores com mero conhecimento nos assuntos em pauta.

Desse modo, para melhor compreensão das propostas citadas anteriormente, logo abaixo um breve comparativo das possíveis propostas de aprendizagem da educação não formal e o currículo dos Itinerários Formativos (IF).

Quadro 2 - Quadro comparativo da educação não formal e do currículo dos IF

Educação não formal	Currículo IF
Cursos e treinamentos nas diversas áreas de conhecimento.	Disciplinas específicas relacionadas à área de conhecimento escolhida.
Atividades extracurriculares, como clubes, grupos de estudo ou projetos comunitários.	Programas de treinamento profissional e técnico.
Participação em programas de voluntariado.	Estágios e experiências práticas em empresas do setor.
Aprendizagem autodidata.	Cursos de certificações reconhecidas pelo e para o mercado de trabalho.
Projetos pessoais de pesquisa e experimentação.	Cursos e treinamentos especializados nas áreas de conhecimento.
Participação em reuniões comunitárias de igrejas e eventos culturais.	Palestras e eventos voltados para a área de atuação e conhecimento.
Atividades esportivas e artísticas.	Vivências com diversas modalidades esportivas.
Participação em grupos de debate (reuniões em centros comunitários, condomínios).	Parcerias com empresas e instituições relacionadas à área.

Fonte: https://novoensinomedio.educacao.sp.gov.br/assets/docs_ni/catalogo_detalhado_aprofundamentos_curriculares.pdf. acesso em: 11 de out.2024

O Quadro 2 destaca e compara algumas das semelhanças entre o currículo dos IF e a educação não formal. Observa-se que os IF se concentram em áreas específicas e buscam uma formação profissional mais direcionada. Já a educação não formal abrange uma dimensão mais ampla de experiências e da aprendizagem prática, permitindo a exploração de interesses diversos e a aquisição de habilidades de maneira mais flexível.

Segundo Netto (2000) e Lukács (2010), ambas as abordagens têm seu valor e podem desempenhar um papel importante no desenvolvimento dos estudantes, complementando-se mutuamente.

É importante lembrar que os IF e a educação não formal podem variar conforme o contexto da sua implementação. Neste sentido, é fundamental considerar sua variedade de estudos e pesquisas para obter uma compreensão dessas abordagens e de sua eficácia nos diferentes contextos educacionais.

Para Gohn (2009), a perspectiva dos IF concentra-se em áreas específicas de conhecimento ou habilidades profissionais, proporcionando aos estudantes uma formação direcionada e relevante para o mercado de trabalho. Por outro lado, a educação não formal é caracterizada por sua flexibilidade e diversidade, permitindo que se explore conforme seu campo de interesse, adquirindo habilidades de maneira mais efetiva.

Já Cortella (2006, p. 48) assegura que as abordagens reconhecem a importância da aprendizagem prática e da aplicação de conhecimentos em situações reais. Por intermédio de estágios, programas de treinamento, atividades extracurriculares e projetos práticos, os estudantes têm a oportunidade de desenvolver habilidades relevantes e práticas, tornando sua aprendizagem mais significativa e aplicável.

Em síntese, é importante destacar que ambas as modalidades oferecem benefícios peculiares que complementam o desenvolvimento dos estudantes. A educação não formal pode proporcionar vivências práticas e personalizadas que se adequam aos interesses com menos foco em avaliações formais e testes padronizados. Já os IF buscam avaliar o desempenho dos estudantes por intermédio dos objetivos específicos e das competências definidas no currículo, sendo estas muitas vezes utilizadas nas avaliações formais, nos testes e nas notas para mensurar o progresso dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compararmos o currículo dos IF com a diversidade e a flexibilidade da educação não formal, podemos compreender que ambas possuem uma abordagem educacional ampla e com benefícios para atender as demandas dos estudantes. Apesar das resistências encontradas no decorrer de sua trajetória e da não aceitação, a tentativa de consolidar o processo do currículo dos IF torna-se incontestável ao Estado e às ações da sociedade, desconsiderando-se as condições de aplicabilidade do currículo e a estrutura das escolas públicas do país.

Por fim, não podemos deixar de levar em conta que os possíveis benefícios dos IF e da educação não formal são complementares um ao outro. Um preenche as lacunas da formação do outro na procura e interação dos estudantes, ampliando seus horizontes e preparando-os para enfrentar os desafios do mundo social e profissional de forma mais prática e fundamentada. Estima-se que o reconhecimento e a colaboração entre essas concepções podem promover uma educação mais inclusiva, relevante e voltada para o bom desenvolvimento profissional e intelectual do estudante.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. Sociologia da educação não formal: reatualizar um objeto ou construir uma nova problemática? In: STEVES, A. J.; STOER, S. R. A sociologia na escola. 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 1989.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 2 maio 2023.

BRASIL. Catálogo detalhado dos aprofundamentos curriculares. Disponível em: https://novoensinomedio.educacao.sp.gov.br/assets/docs_ni/catalogo_detalhado_aprofundamentos_curriculares.pdf. Acesso em: 2 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 13 de abril de 2017. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 14 abr. 2017. Acesso em: 2 maio 2023.

BRITO, Glaucia da Silva (org.). *Cultura, Escola e Processos Formativos em Educação: Percursos Metodológicos e significativos*. Rio de Janeiro: BG Business Graphics Editora, 2020. 259 p.

CORTELLA, Mário Sérgio. *Contribuições da educação não-formal para a construção da cidadania*. São Paulo: Instituto Itaú Cultural, 2006.

CORTELLA, M. S. A escola e o conhecimento: fundamentos e métodos. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

CURY, C. R. J. O ensino médio no brasil: histórico e perspectivas. *Educação em revista (UFMG), autêntica*, Belo Horizonte, v. 27, p. 73-84, 1998.

EDUCAÇÃO. Aracaju, v. 3, n. 1, p. 11-20, out. 2014. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/view/1635>. Acesso em: 8 maio 2023.

GOHN, M. G. Educação não formal: o que é e como se faz. São Paulo: Editora Loyola, 1998.

GOHN, M. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e o educador social*. São Paulo: Cortez, 2009. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/bncc_ei_ef_110518_versaofinal_site.pdf.
Acesso em: 2 maio 2023.

LUKÁCS, G. História e consciência de classe. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

NARDI, Elton Luiz *et al.* Seminário Internacional de Políticas Públicas em Educação (2.: 2019: 7 e 8 out.: Joaçaba, SC). *Anais [eletrônicos do] II Seminário Internacional de Políticas Públicas em Educação*. Joaçaba, SC: UNOESC, 2019.

NETTO, A. G. Educação e conhecimento: fundamentos e métodos. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Alexandre de; BARBOSA, Xênia de Castro. *Diálogos Em Educação Profissional*. São Paulo, SP: Alexa cultural; Manaus, AM: Edua, 2019.

SANTOS, M. P. dos. A pedagogia filosófica do movimento iluminista no século XVIII e suas repercussões na educação escolar contemporânea: uma abordagem histórica. *Imagens da Educação*, v. 3, n. 2, p. 1-13, 2013. Disponível em: [https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v3i2.19881\(\[s.d.\]-a\)](https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v3i2.19881([s.d.]-a)). Edu.br. Acesso em: 19 maio 2023.

SILVA, João. Além da significação ‘formal’, ‘não formal’ e ‘informal’ na educação brasileira. *Interfaces Científicas*, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 584-596, 2020.

TRILLA, Jaume. A educação não-formal. In: ARANTES, Valéria amorim (org.). *Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2008.